

# Acordo com o FMI deve sair Economia - Brasil esta semana

BRASÍLIA - Deve acabar ainda esta semana o suspense das negociações entre a equipe econômica e os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington. O governo espera que o acordo esteja fechado nos próximos dias. A maior preocupação nos círculos governamentais continua sendo como atingir a nova meta para o superávit primário: a diferença entre receitas e despesas do governo (sem incluir pagamentos de juros das dívidas) terá de ficar entre 3% e 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para cumprir esse compromisso, o governo teria que conseguir, entre cortes de gastos e aumento de arrecadação, um "extra" de R\$ 3,6 bilhões e R\$ 8,1 bilhões (é o chamado esforço fiscal adicional). Só que o aumento das taxas de juros básicas da economia, somada ao crescimento da dívida em dólar do governo, deve fazer explodir a dívida mobiliária federal, hoje em torno de R\$ 300 bilhões.

Mas o governo, de certa forma, tem se mostrado mais tranquilo em relação a esse tema. Isso porque o esforço não precisa ser feito somente com cortes extras. A União começa a apostar em outros fatores para conseguir atingir a meta. Mas a criação de impostos está fora de cogitação.

De acordo com o chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, já não há mais como buscar recursos maiores da população. "A sociedade não quer, não pode e não faz sentido uma carga tributária maior", afirmou o ministro. Segundo ele, o Plano Plurianual (PPA) do triênio 2000/2003 trabalha com essa perspectiva de arrecadação.

Além de ter economizado o equivalente a 6,7% do orçamento previsto para os dois primeiros meses desse ano, o governo ainda espera uma arrecadação adicional de R\$ 2 bilhões com uma renegociação com contribuintes que estão brigando com o governo na Justiça.

**Revisão** - O governo está revendo quase todas as metas firmadas com o FMI no memorando técnico fechado em dezembro do ano passado, que trabalhava com uma taxa média de juros de 21% este ano. Atualmente, os juros estão mais altos do que isso e o governo já deu vários sinais de que ainda não pode baixá-los, por causa da alta da inflação corrente da desvalorização do real.

Mas as novas metas esbarram no problema político. A base governista no Congresso sinaliza que imporá limites em um acordo que seja extremamente rigoroso. "A maneira de conseguir as metas deve ser nossa e não do FMI. Nós temos que ter liberdade para isso. Porque essas metas do FMI, como eles querem fazer, são ruins e a população brasileira não aceita. E não adianta se querer agradar um organismo internacional sem ter a base popular para sustentar-nos aqui", disse o senador Antonio Carlos Magalhães.

Segundo ele, o governo americano "cansa de dizer que não pode fazer determinadas coisas porque o seu Senado não permite". "Então, chegou um momento em que tem que se encontrar caminhos. Não é que se vá romper com o FMI, nem fazer coisa nenhuma. Vai-se dizer 'até aí pode, fora daí, não pode'". (V.O.)